

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**  
**COORDENAÇÃO DE CONVÊNIOS E PROJETOS**

Quadra 109 Norte, Avenida NS-15, ALCNO-14 | CEP 77001-090 | Palmas/TO



**PLANO DE TRABALHO**

**ADITIVO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA**

Nº 10 / 2017

**PLANO DE TRABALHO**

**1. UG/GESTÃO-REPASSADORA E UG/GESTÃO-RECEBEDORA**

<b>UNIDADE DESCENTRALIZADORA</b>	<b>CNPJ:</b>					
Ministério da Saúde / Fundação Nacional de Saúde / FUNASA	26.989.350/0001-16					
<b>Endereço:</b>						
SAS QD 04 Bl. N – Edifício sede – Brasília- DF						
<b>Cidade:</b> Brasília	<b>UF:</b> DF	<b>CEP:</b> 70.308-200	<b>Esfera Administrativa:</b> Federal			
<b>UG/Gestão Descentralizadora:</b> 255000/36211	<b>Nome do Responsável:</b> Alquimar Sousa Almeida	<b>CPF:</b> 245.367.331-91				
<b>CI/Órgão Expedidor:</b> 1.205.175 SSP/TO	<b>Cargo/Função:</b> Superintendente Estadual da Funasa no Tocantins – Substitutos Portaria 1431/2923					
<b>E-mail funcional:</b> <a href="mailto:Alquimar.almeida@funasa.gov.br">Alquimar.almeida@funasa.gov.br</a>	<b>DDD/Telefone:</b> (63) 3218-3600					
<b>Endereço:</b> 309 Sul Rua 04 Al. 04 16 QI 12 Lote 16 – Plano Diretor Sul – Palmas TO	<b>CEP:</b> 77.015-530					

<b>UNIDADE RECEBEDORA DOS RECURSOS</b>	<b>CNPJ:</b>					
Universidade Federal Tocantins –UFT	05.149.726/0001-04					
<b>Endereço:</b>						
Av NS 15 – 109, Plano Diretor Norte, Palmas-TO						
<b>Cidade:</b> Palmas	<b>UF:</b> TO	<b>CEP:</b> 77.001-090	<b>Esfera Administrativa:</b> Federal			
<b>UG/Gestão Recebedora:</b>	<b>Nome do Responsável:</b>	<b>CPF:</b>				

154419

Luiz Eduardo Bovolato

513.684.981-91

<b>CI/Órgão Expedidor:</b> 17.050.399 SSP/SP	<b>Cargo/Função:</b> Reitor
<b>E-mail funcional:</b> bovolato@uft.edu.br	<b>DDD/Telefone:</b> 63 3229-4012
<b>Endereço:</b> 105 Norte, Alameda das Aroeiras, Lote 05, Apto. 301, Residencial Capim Dourado – Palmas-TO	<b>CEP:</b> 77.001-048

## 2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

### TÍTULO DO PROJETO:

Capacitação e apoio técnico na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico/PMSB de 22 (vinte e dois) municípios a serem selecionados pela Funasa no Estado do Tocantins, conforme Termo de Referência para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico da FUNASA/2012.

### OBJETO:

- Capacitar gestores, técnicos municipais e representantes da população de 22 municípios selecionados pela FUNASA no Estado do Tocantins, para a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico-PMSB;
- Apoiar a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico dos 22 (vinte e dois) municípios, bem como as minutas das respectivas leis municipais que condicionarão a sua validação e implementação, sob as condições específicas de cada município;
- Mobilizar e sensibilizar os gestores e técnicos municipais para a importância e a necessidade da elaboração, implementação e atualização contínua do PMSB;
- Prestar assistência técnica especializada, presencial e remota, visando a capacitação técnica e a elaboração do PMSB nos municípios selecionados no Estado do Tocantins, com população inferior a 50 mil habitantes.

## 3. JUSTIFICATIVA

### 3.1. Apresentação do Proponente

A Universidade Federal do Estado do Tocantins – UFT, localizada no centro geodésico do país, foi instituída pela Lei 10.032 de outubro de 2000, e nos seus 17 anos de existência ocupa hoje a posição de um dos maiores centros de ensino superior da Região Norte. Possui 07 (sete) Câmpus distribuídos nas principais Microrregiões Administrativas do Estado do Tocantins nos municípios de Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis. Oferta cursos que abrangem as principais áreas do conhecimento. Entre suas metas estão a promoção do ensino, pesquisa e extensão. É dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

### 3.2. Motivação/Clientela

O Estado do Tocantins possui 139 municípios, entretanto a grande maioria, 97,12% possuem uma população inferior a 50 mil habitantes. Geralmente, esses municípios possuem baixa renda *per capita*, apresentando estruturas de saneamento básico deficientes e até mesmo ausentes, sendo, portanto, dependentes de investimentos do governo federal/estadual para realização de ações e projetos de saneamento básico.

A Lei nº 11.445, sancionada em 5 de janeiro de 2007, define o saneamento básico como conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais. Com relação à prestação de serviços de saneamento básico, a lei trouxe uma nova disciplina, exigindo, tanto do titular quanto do prestador de serviços, novas atribuições, direitos e obrigações, dentre elas a obrigatoriedade da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico/PMSB, a regulação e a fiscalização dos serviços.

As Leis de Diretrizes Gerais para o saneamento nº 11. 445/07 e a Lei 11.107/05 (Lei dos Consórcios Públicos) trouxeram um novo cenário e exigência para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico.

Para melhorar a atual situação dos serviços de saneamento básico no Estado do Tocantins é imprescindível que as parcerias entre os diversos setores (público, privado e sociedade civil) e os órgãos competentes, seja federal, estadual ou municipal, no sentido de estruturar um planejamento estratégico que consista em um novo marco regulatório do setor, a fim de garantir uma melhor eficiência da aplicação dos recursos públicos.

Esse TED visa garantir aos 22 municípios selecionados, com menos de 50 mil habitantes, o domínio de ferramentas de planejamento, no âmbito do novo arcabouço legal existente no país. Esse investimento potencializará o processo de gestão, melhorando a qualidade dos serviços ofertados, bem como a promoção da saúde e sustentabilidade.

Nesse contexto, a FUNASA possibilitará por meio deste Termo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal do Tocantins/UFT desenvolver oficinas de capacitação para os atuantes na área de saneamento básico do município com vistas ao apoio à elaboração da Minuta do PMSB. Os objetivos das oficinas terão como principais diretrizes a melhoria da oferta de serviços, a estruturação da gestão, o estímulo à sustentabilidade dos serviços locais de saneamento e, por conseguinte, a melhoria da qualidade de vida da população.

O presente termo possui duas metas objetivas:

- Capacitar técnicos de 22 municípios do Estado do Tocantins em PMSB;
- Assessorar 22 municípios do Estado do Tocantins na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB e de suas respectivas minutas de lei.

Portanto, este TED possibilitará ampliar as perspectivas do setor de saneamento no Estado do Tocantins, trazendo o tema para o debate público, envolvendo representações que vão desde a sociedade organizada às instituições de ensino, permitindo uma nova perspectiva ao desenvolvimento de políticas públicas na área, tendo como consequência direta o planejamento e a racionalização dos investimentos públicos, sejam estes de recursos próprios dos detentores da obrigação de organização do setor ou de investimentos de outros entes da federação.

Além disso, o ambiente universitário permite uma natural inter e multidisciplinaridade, o que conduz a uma melhor análise dos problemas, causas e impactos, que se reverte numa execução do projeto com alta qualidade. Ademais, o elevado grau de especialização dos técnicos, muitos em nível de Mestrado, Doutoramento e Pós-doutoramento, faz com que o projeto se beneficie dos mais atuais conhecimentos em áreas chaves para seu desenvolvimento.

#### **4. RESULTADOS ESPERADOS (OBRIGATÓRIOS E ADICIONAIS)**

- Capacitação de técnicos e o apoio técnico/material necessários à elaboração da Minuta do PMSB de 22 municípios do Estado do Tocantins, selecionados por meio de Portaria publicada no DOU.
- Possibilitar a organização do setor de saneamento, oportunizando sua efetiva regulamentação, definindo atribuições, responsabilidades e principalmente a participação social no processo de gestão do sistema.
- Sensibilizar os administradores municipais da necessidade de planejamento das ações de saneamento, demonstrando que o planejamento é fundamental e imprescindível ao desenvolvimento de políticas públicas.
- Desenvolver a ferramenta do Planejamento na área do Saneamento ambiental em todos os municípios selecionados.

#### **5. REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO**

Os critérios de priorização dos participantes serão estabelecidos pela Portaria de Seleção dos Municípios, estabelecida e publicada pela Funasa/Suest/Tocantins.

#### **6. AÇÕES**

O Plano Municipal de Saneamento Básico é um instrumento de gestão que os municípios têm a obrigação de formular.

As ações a serem desenvolvidas pelo Termo de Execução Descentralizada, constituirão em dois momentos que se complementam:

1) O primeiro momento consiste na realização de reuniões, em que os técnicos municipais terão acesso às informações e estratégias para elaboração dos produtos exigidos no Termo de Referência versão 2012 da Funasa e na elaboração da minuta do Plano Municipal de Saneamento.

2) O segundo momento consiste na efetivação prática dos conhecimentos adquiridos durante as reuniões, onde os técnicos municipais capacitados elaborarão os produtos necessários à elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico, com apoio técnico e material da UFT.

Os levantamentos técnicos à elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico necessários à definição das políticas públicas de planejamento dos quatro eixos do saneamento serão desenvolvidos no decorrer da vigência do Termo de Execução Descentralizada proposto.

Os produtos elaborados pelos municípios, com apoio técnico e material da UFT, serão encaminhados à Funasa para validação do Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica (NICT), que procederá a análise e aprovação dos mesmos. Os produtos elaborados deverão ser encaminhados à Funasa conforme tabela abaixo:

Produtos	Prazo de execução do produto pela UFT
A - Cópia do ato público de nomeação dos comitês de coordenação e executivo dos 22 municípios.	DEZ/2017 a NOV 2022

B - Plano de Mobilização Social - para 22 municípios	FEV/2019 a NOV 2022
C - Relatório do Diagnóstico Técnico Participativo - para 22 municípios	FEV/2019 a JUN 2023
D - Relatório da Prospectiva e Planejamento Estratégico - para 22 municípios	AGO/2023 a NOV 2024
E - Relatório dos Programas, Projetos e Ações -- para 22 municípios.	JAN/2024 a NOV 2024
F - Plano de Execução- para 22 municípios	JUN/2024 a MAR 2025
H - Relatório sobre os indicadores de desempenho do PMSB - para 22 municípios	NOV/2024 a JUN 2025
Capacitação SIMISAB	FEV/2025 a MAI 2025
G - Minuta de projeto de Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico - para 22 municípios	ABR/25 a JUN 2025
K- Relatório Final	JUN 2025

A Universidade Federal do Tocantins (UFT) disponibilizará ao Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica (NICT) relatórios trimestrais das ações realizadas e da execução financeira no âmbito do presente Termo.

## 7. CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

O conteúdo programático das capacitações e reuniões abrangerá os aspectos legais da Política de Saneamento vigente, metodologias de planejamento estratégico, comunicação e mobilização social, elaboração, aprovação, implementação e revisão do Plano.

As reuniões terão como alicerce na formulação do seu planejamento, o Termo de Referência para elaboração do PMSB da Funasa – versão 2012. Na abordagem sobre a elaboração do PMSB deverão ser detalhados os seguintes conteúdos:

- Formação dos grupos de trabalho - comitê de coordenação e comitê executivo;
- Mobilização social;
- Capacitações para uso do Sistema de informação para auxílio à tomada de decisão - SIMISAB: é um sistema de informações desenvolvido pelo Ministério das Cidades para os municípios;
- Diagnóstico técnico-participativo dos quatro eixos do saneamento: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem;
- Prospectiva e planejamento estratégico para o setor de saneamento no município;
- Programas, projetos e ações para o alcance do cenário de referência;
- Plano de execução; e
- Indicadores de desempenho do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Os encontros de planejamento definirão os demais itens do conteúdo programático, tendo o programa um caráter colaborativo no decorrer do processo, conforme as necessidades elencadas pelos participantes e diagnosticadas pelas equipes de campo.

## 8. METODOLOGIA

### Ações Gerais

A metodologia de desenvolvimento das ações previstas no Termo de Execução Descentralizada dar-se-á por meio de exposições dialogadas e atividades práticas.

Nesse contexto de alterações pós pandemia do COVID/19 é importante reforçar que foram apresentados apêndices ao plano de mobilização social, que permite a realização de eventos de forma virtual, com a aprovação dos comitês locais, para a apresentação dos produtos do PMSB.

As metas/etapas necessárias à realização desse TED serão sequenciais e por vezes realizadas a igual tempo, descritas abaixo e detalhadas posteriormente:

- a) Formação dos Grupos de Trabalho (GT) e dos Comitês de Coordenação Setoriais (CCS): por área do saneamento (água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos), Administrativo/Logística e de Mobilização Social;

- b) Elaboração e aplicação do Plano de Comunicação e Mobilização Social visando a participação e sensibilização dos gestores municipais, legisladores e principalmente da população;
- c) Realização do diagnóstico técnico participativo da situação de saneamento básico e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas;
- d) Prospecção e Planejamento Estratégico do trabalho feito com ampla participação da sociedade visando estabelecer metas imediatas (1 a 3 anos), de curto (4 a 8 anos), médio (9 a 12 anos) e longo prazo (13 e 20 anos) visando à universalização das ações, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;
- e) Definição dos Programas, Projetos e Ações necessários para atingir as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;
- f) Elaboração do Plano de Execução que será o instrumento que fará o planejamento operacional para as ações emergenciais e contingenciais na esfera do saneamento básico dos municípios;
- g) Elaboração da Minuta do Projeto de Lei do PMSB a ser analisada e homologada pelo legislativo local;
- h) Indicadores de Desempenho que proverão o município dos mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.

Com a redução no número de municípios a serem apoiados, foi necessário realizar um ajuste metodológico para cumprir o cronograma de execução estabelecido neste Termo.

A formação das equipes técnicas para o desenvolvimento do projeto será composta por:

- Três equipes de campo articuladas com técnicos das áreas de planejamento (água, esgotos, resíduos sólidos e drenagem urbana) para realizar a pesquisa e obter os dados primários para posterior sistematização das informações que foram levantadas. (**XERENTE** - Itacajá, Goiatins, Campos Lindos, Santa Fé do Araguaia, Darcinópolis, Palmeiras do Tocantins; **KARAJÁ** – Nazaré do Tocantins, Cachoeirinha, Sítio Novo, Araguatins, São Miguel, Augustinópolis, Carrasco Bonito e São Sebastião do Tocantins; e **JAVAÉ** – Figueirópolis, Lavandeira, Conceição do Tocantins, Almas, Chapada de Areia, Rio Sono, Pedro Afonso e Colmeia)
- Uma equipe de Mobilização Social e Comunicação Social, com um supervisor, subdividida em três grupos (**XERENTE** - Itacajá, Goiatins, Campos Lindos, Santa Fé do Araguaia, Darcinópolis, Palmeiras do Tocantins; **KARAJÁ** – Nazaré do Tocantins, Cachoeirinha, Sítio Novo, Araguatins, São Miguel, Augustinópolis, Carrasco Bonito e São Sebastião do Tocantins; e **JAVAÉ** – Figueirópolis, Lavandeira, Conceição do Tocantins, Almas, Chapada de Areia, Rio Sono, Pedro Afonso e Colmeia), que fará a sistematização, controle e divulgação das informações colhidas nas reuniões e audiências.
- Uma equipe técnica da área Saúde, responsável pelo levantamento de dados epidemiológicos e de saúde pública dos municípios;
- Uma equipe de Gestão Participativa que será a responsável pelo levantamento de dados socioeconômicos, urbanísticos e jurídicos dos municípios;
- Uma equipe de Administração, Logística e Controle Interno que apoiará os trabalhos das demais equipes;

Cada equipe de trabalho terá um supervisor que coordena o processo de integração dos dados primários coletados com os secundários para subsidiar a confecção do Relatório Final.

Em função da redução da equipe e, com vistas a otimizar os processos de controle operacional, o Projeto “Plano Municipal de Saneamento Básico para 22 Municípios do Tocantins” desenvolverá um aplicativo web e móvel exclusivo para gestão de diversas atividades durante a produção dos planos, tais como:

- a. fluxograma de acesso das equipes às informações dos eixos;
- b. integração das informações dos municípios;
- c. gestão das tarefas entre as equipes técnicas;
- d. Aplicação, consistência e análise dos questionários aplicados em cada município;
- e. Geração integrada dos produtos;
- f. Síntese dos dados coletados.

Em suma, serão aplicadas técnicas de Data Science ao PMSB-TO para transformar os dados em informações, com mais segurança e confiabilidade. Para tanto, será contratado um serviço de armazenamento virtual (nuvem) e serviço de tráfego

de informação, que garanta a velocidade de acesso à informação, bem como a velocidade de transferência e segurança no armazenamento das informações.

## **Etapas de Execução do Projeto**

### **Formação dos Grupos de Trabalhos e dos Comitês Coordenadores**

Nessa etapa será montada a equipe de coordenação, com a escolha/seleção dos membros que comporão as sub coordenações e as equipes de trabalho (mobilização e técnica)

#### **a) Reunião para alinhamento das Equipes (UFT)**

Esta etapa refere-se ao nivelamento da equipe de apoio, disponibilizando as técnicas e procedimentos vigentes na Funasa e expressos no Termo de Referência para elaboração do PMSB - Versão 2012. O nivelamento proposto uniformizará a atuação dos profissionais contratados, a fim de assegurar os resultados das oficinas e formatação do processo de trabalho a ser realizado nos municípios. No Comitê de Coordenação terão representantes do NICT da Funasa/Suest/TO e no Comitê de Execução será garantida uma representação da equipe de apoio contratada pela FAPTO.

Após a formação das equipes, haverá uma reunião preparatória para uniformização das equipes, com carga horária de 40h, distribuída em dois módulos de 20 horas. As datas para realização dessas reuniões preparatórias serão definidas no primeiro encontro de planejamento entre a Funasa/Suest/Tocantins e a UFT, tendo como referência os meses previstos no Termo para realização das oficinas.

Cada módulo será estruturado conforme o quadro abaixo:

MÓDULO	TEMA	CARGA HORÁRIA
1	Os instrumentos legais do saneamento no Brasil; Formação dos grupos de trabalho – comitê de coordenação e comitê executivo; mobilização social; sistema de informação para auxílio à tomada de decisões; diagnóstico técnico-participativo dos quatro setores de saneamento; e indicadores de desempenho do Plano Municipal de Saneamento,	20
2	Prospectiva e planejamento estratégico para o setor de saneamento no município; Programas, projetos e ações para alcance do cenário de referência; Plano de execução; Indicadores de desempenho do Plano Municipal de Saneamento Básico.,	20

#### **b) Formação dos Grupos de Trabalho**

O projeto deve garantir a participação contínua dos representantes municipais durante todas as fases de criação ou atualização do PMSB, devendo os mesmos serem organizados em grupos de trabalho compostos fundamentalmente por um Comitê Executivo Local e de Coordenação:

- Comitê Executivo: proporá as ações para operacionalizar o PMSB em concordância com o cronograma estipulado no projeto. Deverá ser constituído por: técnicos da Unidade recebedora; Administração pública municipal; Conselhos Municipais existentes; Secretarias de Serviços Públicos, Obras e Urbanismo, de Saúde, de Planejamento, Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente; Educação da Prefeitura e de Entidades civis de municípios ligadas à área de saneamento e saúde;
- Comitê de Coordenação: deverá discutir, avaliar e aprovar as ações propostas pelo Comitê Executivo. Deve se reunir no mínimo a cada 2 meses. Deve ser formado por autoridades e técnicos das instituições do poder público municipal, estadual e federal relacionadas com o saneamento básico, representantes de organizações da sociedade civil. Além de representantes dos conselhos municipais, Câmara de Vereadores e Ministério Público. E conter obrigatoriamente representantes do Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica da FUNASA e da UFT;
- A Unidade recebedora deve apresentar uma cópia do ato público do Poder Executivo (Decreto ou Portaria), com definição dos membros dos Comitês Executivo e de Coordenação.
- Encontros de Planejamento - visa o estabelecimento de metodologias e estratégias para execução dos trabalhos, além da definição e ajustes do material didático, bem como a organização do calendário das visitas a serem realizadas.

### **Elaboração e aplicação do Plano de Comunicação e Mobilização Social**

Essa etapa contemplará as estratégias e ações propostas com o objetivo de promover a efetiva mobilização e participação social. Serão realizadas reuniões com a sociedade civil e população em geral para auxiliar nas fases de elaboração do PMSB. Em cada município serão realizados três eventos setoriais no desenvolvimento dos Planos e uma conferência, tanto na área urbana, quanto na área rural/quilombola/indígena.

A mobilização atuará na perspectiva da efetiva participação e controle social da população em todo o processo. Atores importantes como: agentes de saúde, professores, líderes comunitários terão papel fundamental em todo o processo de

mobilização. Serão utilizadas as seguintes ações:

- a) Plano de Comunicação, Marketing e Mobilização Social, com estratégias e meios de divulgação em escolas, bares, igrejas, locais de aglomeração pública, utilizando Folders, Panfletos, Carros de som, Faixas, Banners, ações de divulgação em internet, redes sociais, WhatsApp etc.;
- b) Definição dos mecanismos de divulgação e comunicação para disseminação e informação da população de todo município sobre o processo de construção do Plano;
- c) Planejamento da mobilização social contemplando a setorização do município, em cada fase/etapa da elaboração do PMSB, com atividades de participação em debates, oficinas, reuniões, seminários, conferências, audiências públicas, entre outras;
- d) Serão realizados diversos eventos para manter o projeto em evidência no município e entorno. Todos devem ser previstos em cronograma a ser fornecido a FUNASA e Prefeitura;
- e) Serão encaminhados pela Unidade Recebedora a Unidade Descentralizadora os registros (Atas, Fotografias, Relatórios e Materiais de divulgação utilizados) dos eventos realizados, nos relatórios mensais simplificados que informarão sobre o andamento das atividades desenvolvidas durante a elaboração do PMSB.
- f) Apoio aos Municípios - O apoio consiste na disponibilidade do corpo técnico da UFT para corroborar com os técnicos do município em qualquer problema (operacional ou técnico) que possa ocorrer, via Call center, (Fale conosco) e WhatsApp.
- g) Material de Divulgação - O termo de execução descentralizada proposto contemplará o público-alvo dos municípios com recursos previstos para implementar os processos de comunicação e mobilização das comunidades durante a realização do diagnóstico, prognóstico e aprovação final da minuta do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Para o cumprimento da etapa serão estabelecidas 3 (três) equipes de Mobilização Social, que simultaneamente estarão desenvolvendo os trabalhos nos municípios, em cada fase descrita anteriormente. A equipe será formada por mobilizadores (técnicos e estagiários), que serão prioritariamente: psicólogos, cientistas sociais, pedagogos e profissionais de áreas afins. A rotina será formada por viagens às cidades (5 dias de duração) e após a sistematização dos dados, a elaboração dos relatórios de mobilização municipal.

Serão selecionados mobilizadores locais, pelo menos 1 (um) por município, para atuar na participação social e apoio logístico local. O perfil ideal é o de liderança no município. O papel do mobilizador local será integrado aos membros dos comitês e grupos de trabalho, ampliando assim a necessidade do elo imediato entre a coordenação geral do projeto a de mobilização e o Município.

Cabe reforçar que houve necessidade de propor alterações nos planos de mobilização social para permitir a apresentação dos eventos em formato virtual, em função da pandemia de COVID/19 que ainda estamos vivenciando, com a certificação e aprovação dos comitês locais.

#### **Diagnóstico Técnico-Participativo**

É a base orientadora do PMSB e deve contemplar os quatro eixos de saneamento básico. Assim sendo, a orientação dos técnicos no levantamento e consolidação de dados secundários e primários, com o resultado da percepção da sociedade, que virá por meio das reuniões, debates, oficinas e seminários realizados. Em resumo, essa etapa consiste no levantamento dos Indicadores Pertinentes que refletem a vontade da população e dirigentes do município em temas relacionados aos:

##### a) Aspectos Socioeconômicos, Culturais, Ambientais e de Infraestrutura

- Levantamento dos indicadores municipais primários e secundários sobre o saneamento;
- Levar em conta as participações dos representantes da população urbana e rural sobre a pertinência desses indicadores;
- Caracterizar e identificar no município: Tamanho; Localização; Distância entre a sede municipal e de outras sedes municipais da região, da capital do estado e entre distritos; Altitude; Ano de instalação; Clima; Aspectos geológicos; Recursos hídricos, incluindo águas subterrâneas; Densidade demográfica; Ocupação territorial desordenada; Parâmetros quanto ao uso e ocupação do solo; Definição das Zonas Especiais de Interesse Social; Infraestrutura (energia elétrica, pavimentação, transporte e habitação);
- Identificação de instituições públicas (saúde, educação, segurança, comunicação) de infraestrutura social (igrejas, associações, cemitérios) e organizações sociais e culturais;
- Levantamento de indicadores de saúde (longevidade, natalidade, mortalidade e fecundidade, fatores causais de doenças infecciosas e parasitárias sabidamente relacionadas com problemas de saneamento básico). Índice nutricional da população infantil de 0 a 2 anos;
- Descrição do nível educacional da população, por faixa etária e da capacidade do sistema educacional, formal e informal;
- Identificação e avaliação do sistema de comunicação local;

- Descrição dos indicadores de renda, pobreza e desigualdade socioeconômica; Avaliação porcentagem da renda por extrato da população e levantar o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH;
- Consolidação cartográfica das informações socioeconômicas, físico-territoriais e ambientais disponíveis sobre o município e região.

b) Políticas do Setor de Saneamento

- Levantamento da legislação, normas de regulação, programas locais, cooperação com outros entes federados que orientam as políticas nacional, estadual e regional de saneamento básico nas áreas de desenvolvimento urbano, rural, industrial, turístico, habitacional;
- Avaliação sistemática de eficácia, eficiência e efetividade, dos serviços prestados;
- Política de recursos humanos e tarifária dos serviços de saneamento básico.

c) Infraestrutura do Abastecimento de Água

- Análise crítica dos planos diretores de abastecimento de água da área de planejamento (caso exista);
- Descrição dos sistemas de abastecimento de água incluindo: mapas, projetos, fluxogramas, fotografias e planilhas;
- Situação geral do sistema: mananciais, captações, estações de tratamento, aduções de água bruta e tratada, estações elevatórias, reservação, redes de distribuição, ligações prediais, micro e macromedição, controle do sistema, capacidade instalada, eficiência de tratamento, custo operacional, consumo per capita, consumidores especiais, estrutura de tarifação, índice de inadimplência, qualidade da água bruta, qualidade água entregue a população, volume consumido por faixa, principais deficiências (intermitência, perdas);
- Levantamento da rede hidrográfica identificando mananciais que poderão servir para abastecimento futuro;
- Caracterização da infraestrutura das instalações existentes;
- Organograma do prestador de serviço, descrição do corpo funcional (números de servidores por cargo);
- Receitas operacionais e despesas de custeio e investimento.

d) Infraestrutura de Esgotamento Sanitário

- Análise crítica dos planos diretores de esgotamento sanitário quando existam;
- Descrição detalhada dos sistemas de esgotamento sanitário atuais incluindo: textos, mapas, projetos, fluxogramas, fotografias e planilhas;
- Análise crítica e avaliação da situação atual dos sistemas de esgotamento sanitário: ligações prediais, rede de coleta, interceptores, estações elevatórias, emissários, estações de tratamento, estações de controle do sistema. Com avaliação da capacidade instalada, eficiência de tratamento, custo operacional; principais deficiências; indicação de áreas de risco de contaminação por esgotos do município;
- Levantamento da rede hidrográfica do município, identificando as fontes de poluição pontuais de esgotamento sanitário e industrial. Existência de ligações clandestinas de águas pluviais ao sistema de esgotamento sanitário;
- Dados dos corpos receptores existentes (qualidade, vazão, usos de jusantes, etc.);
- Identificação de principais fundos de vale, por onde poderá haver traçado de interceptores; potenciais corpos d'água receptores do lançamento dos esgotos; atuais usos da água do futuro corpo receptor dos esgotos; possíveis áreas para locação da ETE (Estação de Tratamento de Esgoto);
- Análise e avaliação das condições atuais de contribuição dos esgotos domésticos e especiais (produção *per capita* e de consumidores especiais). Balanço entre geração de esgoto e capacidade do sistema de esgotamento sanitário existente;
- Estrutura de produção de esgoto (número de economias e volume produzido por faixa);
- Organograma do prestador de serviço e descrição do corpo funcional (números de servidores por cargo);
- Receitas operacionais e despesas de custeio e investimento;
- Apresentar os indicadores operacionais, econômico-financeiros, administrativos e de qualidade dos serviços prestados, bem como a correspondente caracterização da prestação dos serviços.

e) Infraestrutura de Manejo de Águas Pluviais

- Análise crítica dos planos diretores de esgotamento sanitário quando existirem;
- Observar a legislação existente sobre parcelamento e uso do solo urbano e rural;
- Descrever o sistema de macrodrenagem (galeria, canal, etc.) e microdrenagem (rede, bocas-de-lobo e órgãos acessórios), englobando croqui georreferenciado dos principais lançamentos da macrodrenagem, desenhos, fluxogramas, fotografias e planilhas que permitam o total entendimento dos sistemas em operação;
- Verificar a existência da fiscalização da legislação vigente e o nível de atuação da fiscalização em drenagem urbana;
- Identificar os órgãos municipais com alguma provável ação em controle de enchentes e drenagem urbana e identificar suas atribuições;
- Verificar a obrigatoriedade da microdrenagem para implantação de loteamentos ou abertura de ruas;
- Verificar a separação entre os sistemas de drenagem e de esgotamento sanitário e a existência de ligações clandestinas de esgotos sanitários ao sistema de drenagem pluvial;
- Identificar os principais tipos de problemas (alagamentos, transbordamentos de córregos, pontos de estrangulamento, capacidade das tubulações insuficientes, etc.), a frequência de ocorrência e a localização desses problemas;
- Verificar a relação entre a evolução populacional, processo de urbanização, quantidade de ocorrência de inundações, se existe manutenção e limpeza, drenagem natural e artificial e a frequência com que são feitas, descrição dos

- principais fundos de vale, e por onde é feito o escoamento das águas de chuva;
- Análise da capacidade limite com elaboração de croqui georreferenciado das bacias contribuintes para a microdrenagem;
- Identificar as receitas operacionais, despesas de custeio e investimento, os indicadores operacionais, econômico-financeiros, administrativos e de qualidade dos serviços prestados;
- Se o município apresenta registros de mortalidade por malária.

#### f) Infraestrutura de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

- Análise crítica dos planos diretores de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos ou planos de gerenciamento de resíduos sólidos da área de planejamento, se existirem;
- Situação dos resíduos sólidos gerados, incluindo a origem, o volume e sua caracterização (domiciliares, construção civil, industriais, hospitalares e de serviços de saúde), tipo de processamento, produção "per capita" de resíduos inclusive de resíduos de atividades especiais;
- Identificação dos principais problemas de infraestrutura;
- Organograma do prestador de serviço e descrição do corpo funcional (nímeros de servidores por cargo), identificando inclusive as necessidades de capacitação, remanejamento, realocação, redução ou ampliação da mão-de-obra utilizada nos serviços;
- Verificar a possível vantagem da implantação de consórcios ou soluções compartilhadas com outros municípios (economia de escala, proximidade geográfica, diminuir os riscos ambientais);
- Verificar os indicadores operacionais, econômico-financeiros, administrativos e de qualidade dos serviços prestados;
- Identificar possíveis programas de reciclagem de resíduos da construção civil, coleta seletiva, compostagem, cooperativas de catadores;
- Identificação dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos (áreas contaminadas), propondo as medidas saneadoras.

O diagnóstico será realizado pelos técnicos que compõem as equipes das quatro áreas temáticas (água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem urbana). Cada supervisor de área temática será responsável pelo gerenciamento operacional das visitas técnicas *in loco* para levantamento dos dados. Em seguida, as equipes operacionais multitemáticas deverão elaborar um relatório técnico, consistente e propositivo das visitas. Após a coleta de dados primários, caberá às equipes técnicas a sistematização e/ou ajustes dos mesmos. A ocorrência de possíveis erros serão verificados e, caso necessário, uma breve averiguação *in loco* será realizada.

Simultaneamente ao levantamento de campo e dados primários, haverá duas equipes para captação dos dados secundários dos municípios. Uma equipe focará nos aspectos socioeconômicos, urbanísticos e jurídicos e outra nas informações epidemiológicas e de saúde pública.

O sistema computacional será a ferramenta *on-line* para apoio às atividades que serão desenvolvidas na fase do diagnóstico (coleta e sistematização das informações). Por meio de questionários estruturados por área, nos quais os técnicos preencherão durante as visitas às cidades. O sistema de informação permitirá o acompanhamento *on-line* das equipes durante as atividades de campo pelas coordenações das áreas, bem como pela coordenação geral.

#### **Prospectiva e Planejamento Estratégico**

A partir do diagnóstico, a etapa seguinte será elaborar os planejamentos prospectivos que identificarão os cenários futuros, possíveis e desejáveis, visando à elaboração dos programas para a universalização do saneamento municipal, contemplando as possíveis soluções para os desafios, tendo como princípio a compatibilização do crescimento econômico, sustentabilidade ambiental e equidade social. Terá como projeção temporal, com horizonte de planejamento e execução de 20 anos, escalonando a realização dos projetos em curto, médio e longo prazo.

- Deve-se utilizar metodologias de projeções demográficas orientadas pelos elementos previstos em planejamentos e políticas públicas municipais, regionais, estaduais e federal que influenciar nas questões do saneamento;
- Serão previstas alternativas de gestão e de soluções técnicas de engenharia executáveis que atendam as exigências e características de cada eixo do saneamento básico para toda área do município, incluindo as áreas dispersas (áreas rurais indígenas, quilombolas e tradicionais);
- Os planos devem levar em consideração o Art. 19 da Lei 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos e definirem metas de redução, reutilização, coleta seletiva, reciclagem, com uma solução técnica final que minimizará o volume de rejeitos encaminhados para disposição final, ambientalmente adequada.

#### **Programas, Projetos e Ações**

Nesta fase serão criados os Programas, que abrigarão os Projetos, que contemplarão as Ações, tendo como base os resultados da etapa de Prospecção e Planejamento Estratégico. Em seguida, serão definidas as obrigações factíveis do poder público na atuação em cada eixo do setor de saneamento, segundo os tempos e prioridades estipulados. Logo, é obrigatório o envolvimento dos representantes dos poderes executivo, judiciário e legislativo municipal.

- Em relação à Política de Resíduos Sólidos, deverão ser atendidos: a não-geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos; formação de associação de catadores de materiais reutilizáveis, recicláveis,

incluindo o programa de monitoramento.

### **Planos de Execução**

A etapa de execução deve apresentar o caminho a ser trilhado para implantação e operacionalização dos Programas, Projetos e Ações, considerando metas em horizontes temporais bem distintos: Imediatos ou emergenciais (até 3 anos); curto prazo (4 a 8 anos); Médio prazo (9 a 12 anos); Longo prazo (13 a 20 anos);

- Os Programas deverão ser planejados tendo em vista as projeções de crescimento da população e consequente demanda por serviços;
- Definir claramente os principais responsáveis por executar os Programas, Projetos e Ações;
- Prever ainda, a estimativa de custos e a identificação das principais fontes de recursos (recursos municipais a serem colocados no orçamento municipal, programas do governo federal, estadual, emendas parlamentares, recursos privados) que poderão ser utilizados para a implantação e operacionalização dos projetos e ações, bem como os responsáveis por sua realização.

### **Elaboração da Minuta do Projeto de Lei do PMSB**

Será elaborado um relatório final, descrevendo todas as etapas do PMSB, assim como a minuta de Projeto de Lei, que deverá estar em conformidade com os dispositivos inseridos no PMSB e nas demais normas vigentes. Essa minuta será submetida à discussão com a população, em evento especialmente convocado para este fim: a Audiência Pública. Neste evento, a versão final do plano será concluída e encaminhada posteriormente à Câmara de Vereadores. O PMSB depois de aprovado e sancionado em lei municipal, deve ser implantado pelo órgão do município responsável pela execução da política municipal de saneamento básico.

Durante a elaboração da Minuta serão realizadas duas intervenções em cada município: uma capacitação no sistema de informação SIMISAB e a elaboração dos indicadores de controle e desempenho dos planos, abaixo descritas:

### **Capacitação no Sistema de Informações SIMISAB**

Capacitar os gestores e técnicos municipais na operação do Sistema de Informação de Saneamento Básico (SIMISAB), software distribuído pelo Ministério das Cidades. Essa formação se dará em cursos com 01 (uma) turma de no mínimo 22 participantes (mínimo uma vaga por município). O SIMISAB é um avanço na questão da gestão do saneamento, visto que alimenta e obtém informações do Sistema Nacional de Informações em Saneamento – SINISA e do Sistema Nacional de Informações em Resíduos Sólidos – SNIR.

### **Indicadores de Desempenho do PMSB**

O planejamento, a criação, execução e monitoramento dos Programas, Projetos e Ações a serem desenvolvidos no PMSB dependem basicamente da identificação e escolha dos indicadores que serão utilizados para medir e descrever os eventos que compõem a questão do saneamento municipal. Devem ser instrumentos chaves de monitoramento dos interesses dos usuários e a verificação da conformidade com objetivos previamente estabelecidos. Podem advir de dados primários levantados pela Entidade Recebedora presencialmente, secundários (Sistema Nacional de Informações em Saneamento etc.) ou de outras fontes oficiais. Podem ser analíticos (constituídos de uma única variável) ou sintéticos (constituídos por uma composição de variáveis).

- Os Indicadores devem conter: Nome do indicador; Objetivo; Periodicidade de cálculo; responsável pela sua confecção e divulgação; Fórmula de cálculo; Intervalo de validade; Variáveis que permitem o seu cálculo e Identificar a fonte e origem dos dados;
- Possuírem definição clara, concisa e interpretação inequívoca;
- Serem facilmente mensuráveis e com custo razoável;
- Proporcionar, de forma fácil, a comparação do desempenho obtido com os objetivos que forem planejados;
- Serem efetivos para a tomada de decisões;
- Não exigir análises complexas;
- Normalmente, em quantidade reduzida, porém suficientes para a avaliação objetiva das metas de planejamento;
- Serem compatíveis, na medida do possível, a fim de proporcionar sua integração com o Sistema Nacional de Informações do Saneamento (SINISA)

## **DO CONTROLE - RELATÓRIOS**

### **Relatório Trimestral Simplificado**

Os relatórios trimestrais simplificados que apresentam o andamento das atividades desenvolvidas e em desenvolvimento deverão mostrar um resumo quanto ao cumprimento da programação descrita no cronograma físico financeiro, ocorrências, recomendações, além de conclusões e projeções de prazos e custos, inclusive as ações de mobilização social.

- A Entidade Recebedora deverá exercer controle de qualidade sobre as informações apresentadas, tanto no texto como nos memoriais e desenhos, fotos, clareza, objetividade, consistência das informações, justificativas de resultados e com texto isento de erros de português e/ou digitação.

### Relatório Final

O relatório final do PMSB deverá apresentar as informações resumidas e consolidadas de todas as etapas e produtos desenvolvidos.

## 9. ALOCAMENTO DOS RECURSOS PREVISTOS

A execução financeira, conforme memória de cálculo, segue os princípios constitucionais que regem a Administração Pública, primando pela razoabilidade da aplicação dos recursos públicos.

- Equipe Técnica:

Refere-se aos profissionais responsáveis pela capacitação dos técnicos de 22 municípios e pelo apoio na elaboração dos produtos que integram a minuta do Plano Municipal de Saneamento dos municípios selecionados.

A equipe será distribuída da seguinte forma:

- Equipe de Comunicação e Mobilização Social;
- Equipe Técnica Operacional por área do saneamento;
- Equipe de Administração, Logística e Controle Interno;
- Equipes técnicas para os eixos transversais de Saúde e Gestão participativa – responsável pela parte legal, pelas informações socioeconômicas e urbanísticas;
- Equipe responsável pelo desenvolvimento do sistema de controle do projeto;
- Equipe de apoio para o desenvolvimento de serviços como: sensoriamento remoto e geoprocessamento para produção de mapas temáticos, desenhos/projetos em CAD e a inter relação com os demais planos urbanísticos municipais, bem como os planos diretores e advocatícios para apoio a minuta da lei. O desenvolvimento das atividades desta equipe será concentrada nos seguintes momentos:

- 1) Participação no curso de nivelamento de conhecimento e compreensão do produto esperado deste Termo para os entes envolvidos;
- 2) Visita técnica aos 22 municípios selecionados;
- 3) Realização das oficinas, reuniões, eventos e conferência; e,
- 4) Apoio técnico na elaboração dos produtos que integram o PMSB, conforme diretrizes estabelecidas no Termo de Referência da Funasa.

- Para melhor desenvolvimento das atividades haverá equipes em atuação de forma concomitante, acompanhando e apoiando os técnicos municipais na confecção dos produtos, conforme detalhamento apresentado abaixo:

<b>Javaé</b>	<b>Municípios de 1 a 8</b>
Equipe Técnica Operacional 1 Equipe de Mobilização Social (Responsáveis por 8 municípios)	<b>JAVAÉ:</b> Figueirópolis, Lavandeira, Conceição do Tocantins, Almas, Chapada de Areia, Rio Sono, Pedro Afonso e Colmeia)
<b>Xerente</b>	<b>Municípios de 9 a 14</b>
Equipe Técnica Operacional 2 Equipe de Mobilização Social (Responsáveis por 6 municípios)	<b>XERENTE:</b> Itacajá, Goiatins, Campos Lindos, Santa Fé do Araguaia, Darcinópolis, Palmeiras do Tocantins;
<b>Karajá</b>	<b>Municípios de 15 a 22</b>
Equipe Técnica Operacional 3 Equipe de Mobilização Social	<b>KARAJÁ:</b> Nazaré do Tocantins, Cachoeirinha, Sítio Novo, Araguatins, São Miguel, Augustinópolis, Carrasco Bonito e São Sebastião do Tocantins;

(Responsáveis por 8 municípios)

Em função da logística entre os municípios, e objetivando uma maior segurança das equipes, os municípios da JAVAÉ e XERENTE foram divididos em subgrupos, pois, pelas distâncias entre os municípios, há a necessidade de retorno à Palmas:

**JAVAÉ**

- a) Subgrupo 1: Almas, Lavandeira e Conceição do Tocantins;
- b) Subgrupo 2: Figueirópolis e Chapada de Areia;
- c) Subgrupo 3: Rio Sono, Pedro Afonso e Colmeia.

**XERENTE**

- a) Subgrupo 1: Itacajá, Goiatins e Campos Lindos;
- b) Subgrupo 2: Santa Fé do Araguaia, Darcinópolis e Palmeiras do Tocantins.

Segue anexo ao presente projeto a memória de cálculo das distâncias e itinerários de cada equipe.

**Capacitação da Equipe Técnica**

Para execução das ações de capacitação de nivelamento que serão realizadas no Município de Palmas, serão utilizados material de expediente e material didático já existente ou, quando necessário, serão elaborados pela UFT.

**10. TABELA DE CARGOS E ATRIBUIÇÕES**

Código	Cargo	Habilitação Legal	Resumo das Atribuições	Quant. /Equipe
1	Coordenador Geral	Doutor com certificado de conclusão de nível superior em área pertinente ao projeto.	Acompanhar o andamento do projeto em termos logísticos, representar a UFT segundo as recomendações do Coordenador Geral de Acompanhamento da TED junto a FUNASA em relação aos trâmites administrativos e financeiros necessários ao TED.	01 profissional Equipe Coordenação
1.10.1.1	Supervisor de Divulgação de Marketing	Certificado de conclusão de nível superior em Jornalismo, Marketing ou afins	Desenvolver ferramentas e abastecer o sistema de divulgação e informação (páginas na internet, fanpage do projeto, twitter, Instagram e demais redes sociais); Divulgar todas as atividades das equipes; divulgar as informações sobre o andamento da elaboração dos produtos.	01 profissional Equipe Supervisão
1.10.1.2	Supervisor Administrativo-financeiro	Certificado de conclusão de nível superior em Administração/ Ciências Contábeis ou Economia.	Acompanhar o desembolso e aplicação dos recursos, necessários ao TED segundo as recomendações do Coordenador Administrativo.	01 profissional Equipe Supervisão
1.10.1.3	Supervisor de Desenvolvimento de Sistema de Sistema de Gestão de Projetos	Certificado de conclusão de nível superior em Engenharia Elétrica, Computação ou Sistemas de Informação	Desenvolver ferramentas de controle do projeto. Controlar o funcionamento do sistema	01 profissional Equipe Supervisão

			Auxiliar, acompanhar, orientar, facilitar, os processos de elaboração dos produtos, coleta dos dados secundários integrando-os com os primários, e fazer a interface com o pessoal técnico da FUNASA tudo sob orientação do Coordenador geral. Responsável pelo acompanhamento, controle e gestão do projeto. Responsável pela aplicação do instrumento de planejamento nos municípios.	
1.10.1.4	Supervisor de Logística e Controle Interno	Certificado de conclusão de nível superior em Engenharia e/ou afins, Administração, Economia e Ciências Contábeis.		01 profissional Equipe Supervisão
1.10.1.5	Técnico de Relações políticas e institucional	Certificado de conclusão de nível superior em Pedagogia, Comunicação Social ou Relações Públicas	Controlar as relações entre a UFT e as prefeituras	01 profissional Equipe Supervisão
1.10.1.6	Técnico especialista em Sensoriamento Remoto	Certificado de conclusão de nível superior em Engenharia Ambiental ou Agrimesura	Desenvolvimento de mapas e plantas georreferenciadas dos municípios. Operação do instrumento de aquisição de Imagens (VANT)	01 profissional Equipe Supervisão
1.10.2	Supervisor de Área: Água	Certificado de conclusão de nível superior em Engenharia Sanitária/Ambiental/ civil com registro vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional (CREA-TO)	Apoiar e acompanhar os municípios na capacitação e elaboração da minuta do Plano Municipal de Saneamento Básico nos seguintes eixos: Abastecimento d'água, Ministrar palestras, elaborar pareceres e responder questionamentos técnicos.	01 profissional Equipe Supervisão
1.10.2.1 1.10.2.3	Equipe técnica eixo abastecimento de água	Certificado de conclusão de nível superior em Engenharia Sanitária/Ambiental/ civil com registro vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional (CREA-TO)	Formada por 3 profissionais que irão apoiar e acompanhar os municípios na capacitação e elaboração da minuta do Plano Municipal de Saneamento Básico nos seguintes eixos: Abastecimento d'água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem. Ministrar palestras, elaborar pareceres e responder questionamentos técnicos. Realizarão os levantamentos de campo para o diagnóstico.	03 profissionais Equipe Técnica Operacional
1.10.3	Supervisor de Área: Esgotos	Certificado de conclusão de nível superior em Engenharia Sanitária/Ambiental/ civil com registro vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional (CREA-TO)	Apoiar e acompanhar os municípios na capacitação e elaboração da minuta do Plano Municipal de Saneamento Básico nos seguintes eixos: esgotamento sanitário. Ministrar palestras, elaborar pareceres e responder questionamentos técnicos.	01 profissional Equipe Supervisão
1.10.3.1 1.10.5.3	Equipe técnica eixo esgotamento sanitário	Certificado de conclusão de nível superior em Engenharia Sanitária/Ambiental/ civil com registro vigente no respectivo órgão de	Formada por 3 profissionais que irão apoiar e acompanhar os municípios na capacitação e elaboração da minuta do Plano Municipal de Saneamento Básico nos seguintes eixos: Abastecimento d'água, esgotamento sanitário,	03 profissionais Equipe Técnica Operacional

		fiscalização profissional (CREA-TO)	manejo de resíduos sólidos e drenagem. Ministrar palestras, elaborar pareceres e responder questionamentos técnicos. Realizarão os levantamentos de campo para o diagnóstico.	
1.10.4	Supervisor de Área: Drenagem Urbana	Certificado de conclusão de nível superior em Engenharia. Sanitária/Ambiental/ Hídrica/civil/Agronomia com registro vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional (CREA-TO)	Apoiar e acompanhar os municípios na capacitação e elaboração da minuta do Plano Municipal de Saneamento Básico nos seguintes eixos: drenagem. Ministrar palestras, elaborar pareceres e responder questionamentos técnicos.	01 profissional Equipe Supervisão
1.10.4.1	Equipe técnica eixo Drenagem	Certificado de conclusão de nível superior em Engenharia. Sanitária/Ambiental/ civil com registro vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional (CREA-TO)	Formada por 2 profissionais que irão apoiar e acompanhar os municípios na capacitação e elaboração da minuta do Plano Municipal de Saneamento Básico nos seguintes eixos: Abastecimento d'água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem. Ministrar palestras, elaborar pareceres e responder questionamentos técnicos. Realizarão os levantamentos de campo para o diagnóstico.	02 profissionais Equipe Técnica Operacional
1.10.5	Supervisor de Área: Resíduos Sólidos	Bacharelado em Engenharia Sanitária/Ambiental/ civil com registro vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional (CREA-TO)	Apoiar e acompanhar os municípios na capacitação e elaboração da minuta do Plano Municipal de Saneamento Básico nos seguintes eixos: manejo de resíduos sólidos, ministrar palestras, elaborar pareceres e responder questionamentos técnicos.	01 profissional Equipe Supervisão
1.10.5.1 1.10.5.2	Equipe técnica eixo Resíduos Sólidos	Certificado de conclusão de nível superior em Engenharia. Sanitária/Ambiental/ civil com registro vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional (CREA-TO)	Formada por 3 profissionais que irão apoiar e acompanhar os municípios na capacitação e elaboração da minuta do Plano Municipal de Saneamento Básico nos seguintes eixos: Abastecimento d'água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem. Ministrar palestras, elaborar pareceres e responder questionamentos técnicos. Realizarão os levantamentos de campo para o diagnóstico.	03 profissionais Equipe Técnica Operacional
1.10.6	Supervisor do Eixo Prospectivas e Planejamento Estratégico	Certificado de conclusão de nível superior em Engenharia ou administração com registro vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional (CREA-TO)	Desenvolvimento das oficinas de planejamento.	01 profissional Equipe Supervisão
1.10.6.1	Equipe técnica eixo Prospectivas e Planejamento	Certificado de conclusão de nível superior em	Formada por 1 profissional que irá apoiar e acompanhar os municípios	01 profissional Equipe Técnica Operacional

	Estratégico	Engenharia. Sanitária/Ambiental/ civil com registro vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional (CREA-TO)	nos desenvolvimentos das estratégias de planejamento.	
1.10.7	Supervisor do Eixo Gestão Participativa	Certificado de conclusão de nível superior em Economia ou Administração	Coleta e sistematização de dados socioeconômicos e políticos	01 profissional Equipe Supervisão
1.10.7.1	Equipe de Gestão Participativa	Certificado de conclusão de em economia, arquitetura e Direito	Desenvolvimento de projetos gráficos em CAD e serviços de desenhista projetista. Aprimorar a interface dos planos de Saneamento básico com os planos diretores e outros planos.  Levantamento de dados secundários socioeconômicos e de saúde pública dos municípios	02 profissionais Equipe Operacional
1.10.8	Supervisor de Mobilização Social	Bacharelado em Sociologia ou ciências sociais ou Serviço Social ou Psicologia	Apoiar e acompanhar segundo as orientações dos municípios na capacitação e elaboração da minuta do Plano Municipal de Saneamento Básico. Ministrar palestras, elaborar análises sociais, auxiliar nos processos de pesquisas, emitir pareceres e responder questionamentos técnicos.	01 profissional Equipe Coordenação Equipe de Mobilização Social
1.10.8.1 1.10.8.2 1.10.8.3 1.10.8.4	Equipe de Mobilização	Especialistas na área de Engenharia, Pedagogia, Arquitetura, Cientista social, Comunicação, Serviço Social, Informática, Geografia, Área de Saúde, Geologia, Economia, Administração, Administração ou em outras áreas correlatas ao projeto	Formada por 6 profissionais que irão apoiar e acompanhar os municípios na capacitação. Ministrar palestras, elaborar análises sociais, auxiliar nos processos de pesquisas, emitir pareceres e responder questionamentos técnicos. Elaborar pareceres e análises e responder questionamentos técnicos.	06 profissionais Equipe de Mobilização Social
1.10.9	Supervisor do Eixo Saúde	Médico, nutricionista ou enfermeiros	Coordenar a equipe nos processos técnicos relacionados às informações de saúde pública dos municípios de apoio nas oficinas, audiências e capacitações.	01 profissional Equipe Operacional
1.10.9.1	Equipe do Eixo Saúde	Médico, nutricionista ou enfermeiros	Auxiliar nos processos técnicos relacionados às informações de saúde pública dos municípios de apoio nas oficinas, audiências e capacitações.	02 profissionais Equipe Operacional
1.10.10	Bolsista/Estagiários	Engenharia, Arquitetura, Serviço Social, Comunicação, Informática, Geografia, Geologia, Jornalismo, Marketing, Contabilidade, Direito, Área de saúde, Administração desde que	Auxiliar a equipe técnica e de apoio nos municípios durante a capacitação e elaboração da minuta do Plano Municipal de Saneamento Básico e nos processos de formulação do plano de mobilização social, bem como auxiliar nas oficinas e na elaboração dos pareceres.	15 profissionais Equipe Operacional

		comprove estar graduado, matriculado ou cursando		
1.11.1	Coordenador de Apoio Institucional	Certificado de conclusão de nível superior.	Realizar a interface entre os diversos elementos técnicos e administrativos operantes no projeto segundo as recomendações do Coordenador Geral de Acompanhamento da TED e auxiliar na coleta dos dados secundários integrando-os com os primários. Responsável pela inter-relação entre os órgãos (FUNASA/Prefeituras/UFT), Responsável pela interlocução com a Funasa Brasília.	01 profissional Equipe Coordenação
1.11.2	Motorista	Possuir Carteira Nacional de Habilitação na categoria D	Realizar a condução das equipes de coordenação e de campo.	4 profissionais Equipe Operacional
1.11.3	Consultor do SIMISAB	Profissional habilitado da área de Tecnologia da Informação.	Elaboração do Sistema de Informação em Saneamento aos municípios e capacitação aos técnicos dos 22 municípios.	01 profissional Colaborador Externo

A seleção da equipe de apoio será realizada pela UFT em consonância com as regras estabelecidas em encontro de planejamento com a Funasa, considerando a capacidade técnico/didática dos interessados.

## 11. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

As avaliações dos objetivos propostos no Termo serão realizadas pela FUNASA, em conjunto com o município e a UFT, por meio de reuniões sistemáticas e de acordo com o calendário a ser estabelecido nas reuniões de planejamento.

## 12. MUNICÍPIOS A SEREM CONTEMPLADOS PELO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

Os municípios a serem contemplados por este Termo de Execução Descentralizada foram selecionados por meio de Portaria de Seleção de Municípios publicada pela Funasa/Suest/Tocantins, de acordo com critérios estabelecidos na Portaria Funasa nº 437 de 02 de julho de 2015.

Os municípios selecionados estão presentes na PORTARIA FUNASA Nº 4.958, DE 14 DE AGOSTO DE 2018.

## 13. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO

Meta	Descrição da Meta	Etapas/Fases	Unidade	Quantidade	Início	Término
1	Realizar encontros de nivelamento de todos os profissionais para compor as equipes de coordenação e de execução do trabalho.	Seleção da equipe de coordenação e de execução do trabalho.	UNID	1	DEZ	DEZ
		Reunião para Uniformização das Equipes.			2017	2017
		Formação dos Grupos de Trabalho	UNID	1	DEZ	DEZ
					2017	2017

		Identificação dos atores para formação dos Comitês	UND	22	FEV 2019	ABR 2019
2	Realizar reunião ampliada, aberta ao público, em cada município para apresentação da metodologia de trabalho do projeto e Ato público de formação dos Comitês de Coordenação e Executivo	Oficina de elaboração do Plano de Comunicação e Mobilização Social	UNID	22	FEV 2019	MAI 2019
		Apresentação do Plano de Mobilização Social	UNID	22	FEV 2019	MAI 2019
		Criação de uma unidade de apoio presencial e remoto aos municípios.	UNID	1	FEV 2019	MAI 2019
3	Realizar reuniões visando informar, sensibilizar e capacitar os Comitês.	Preparação operacional para a realização da reunião com os comitês.	UNID	22	FEV 2019	DEZ 2021
		Reunião visando informar, sensibilizar e capacitar em serviço.	UNID	22	FEV 2019	DEZ 2021
4	Elaborar os produtos que compõem os PMSB conforme determina o Termo de Referência da FUNASA de 2012.	Diagnóstico Técnico – Participativo	UNID	22	FEV 2019	JUN 2023
		Prospectiva e planejamento estratégico	UNID	22	AGO 2023	NOV 2024
		Programas – Projetos e Ações	UNID	22	JAN 2024	NOV 2024
		Plano de Execução	UNID	22	JUN 2024	MAR 2025
		Indicadores de Desempenho	UNID	22	NOV 2024	JUN 2025
5	Realizar 5 eventos (área urbana e rural), atendendo ao que for definido nos planos de mobilização social para garantir a participação popular em todas as etapas da elaboração do PMSB (diagnóstico, prognóstico e plano de ação), conforme determina o TR da FUNASA de 2012 para elaboração de PMSB.	Preparação operacional para a realização dos eventos	UNID	22	FEV 2019	JUN 2025
		Promoção de 5 eventos nos 22 municípios a serem desenvolvidos durante o projeto em apoio às ações.	UNID	132	FEV 2019	JUN 2025
6	Capacitar os 22 municípios no sistema de informações em saneamento básico (SIMISAB)	Capacitação em turma única com 2 participantes por município.	UNID	1	FEV 2025	MAI 2025
7	Elaborar minuta de projeto de lei que instituirá o PMSB.	Elaboração de minuta de projeto de lei que instituirá o PMSB	UNID	22	ABR 2025	JUN 2025
8	Relatórios trimestrais do andamento das atividades.	Encaminhar para NICT/FUNASA/TO	UNID	8	FEV 2019	JUN 2025

9	Elaborar Relatório Final	Encaminhar para NICT/FUNASA/TO	UNID	1	JUN 2025	JUN 2025
---	--------------------------	-----------------------------------	------	---	-------------	-------------

#### 14. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução do objeto da parceria a ser estabelecida entre as partes requererá o montante total de recursos no valor de R\$ 4.604.144,81 (Quatro milhões, seiscentos e quatro mil, cento e quarenta e quatro reais e oitenta e um centavos) a ser descentralizado pelo Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde - Funasa para execução física e orçamentária do objeto pela ação de Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico

**Programa de Trabalho: 10.512.2068.20AG.0001** – Programa: 090813 – Ação: 20AG - Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico.

ÓRGÃO	FONTE	NATUREZA DE DESPESA	VALOR TOTAL R\$1,00
FUNASA	151	33.90.00	4.604.144,81

#### 15. PLANO DE APLICAÇÃO

Descrição Serviço	Código	Valor
Diárias	33.90.14	R\$ 571.462,00
Bolsas	33.90.18	R\$ 2.018.900,00
Material de Expediente	33.90.30	R\$ 10.000,00
Equipamento de Proteção Individual (EPI)	33.90.30	R\$ 7.091,10
Combustível	33.90.30	R\$ 40.655,82
Passagens e Despesa de Locomoção	33.90.33	R\$ 30.436,20
Outros. Serv.Terceiros - Pessoa Física	33.90.36	R\$ 274.870,57
Bolsa Estágio	33.90.36	R\$ 136.940,31
Serviços de manutenção e Consultoria	33.90.36	R\$ 58.995,44
Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	33.90.39	R\$ 44.809,99
Serviços Gráficos	33.90.39	R\$ 36.810,78
Impressão e Encadernação	33.90.39	R\$ 1.642,48
Locação de Máquinas e Equipamentos	33.90.39	R\$ 75.723,12
Locação de Veículos	33.90.39	R\$ 412.722,94
Seguro de Vida	33.90.39	R\$ 5.065,01
Despesas Operacionais e Administrativas	33.90.39	R\$ 640.621,72
Ressarcimento Institucional	33.90.39	R\$ 20.962,43
Obrigações Tributárias e Contribuições	33.91.47	R\$ 216.434,90
<b>VALOR TOTAL</b>		<b>R\$ 4.604.144,81</b>

As avaliações dos objetivos propostos no Termo serão realizadas pela FUNASA e UFT por meio de reuniões sistemáticas e de acordo com o calendário a ser estabelecido nas reuniões de planejamento.

## 16. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Os recursos referentes à execução do objeto do presente Termo de Execução Descentralizada deverão ser transferidos por meio de destaque orçamentário e da respectiva movimentação de numerários e de limites de movimentação, e empenho e de pagamento, para a Universidade Federal do Tocantins pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa.

Para fins de transferência dos recursos, será respeitado o disposto na Portaria Funasa 979/2017, bem como o Cronograma de Desembolso (Quadro) aprovados entre os partícipes, conforme abaixo:

Número da Parcela Liberada (R\$)	Execução Física UFT	%	Data Prevista Liberação	Acompanhamento NICT	Valor em R\$
1 <sup>a</sup>	- Pactuação/Início da execução - Produtos A, B e C dos 22 municípios	35	DEZ/2017	Analisar e emitir parecer técnico de execução do TED.	3.023.800,24
2 <sup>a</sup>	- Produtos D e E dos 22 municípios	55	AGO/24	Analisar e emitir parecer técnico de execução do TED com aprovação dos produtos	869.189,51
3 <sup>a</sup>	- Produtos F, G e H dos 22 municípios - Capacitação do SIMISAB	45	DEZ/2024	Analisar e emitir parecer técnico de execução do TED com aprovação dos produtos	711.155,06

## 17. DATA E ASSINATURAS

### DECLARAÇÃO DO PROPONENTE – GESTÃO RECEBEDORA

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro para fins de prova junto à Fundação Nacional de Saúde - Funasa, para efeitos e sob as penas da Lei, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal que impeça a transferência de recursos oriundos de dotação consignada nos Orçamentos da União na forma deste Plano de Trabalho.

Palmas/TO, 13 de junho de 2024.

---

**Luiz Eduardo Bovolato**  
Reitor  
Universidade Federal do Tocantins

### APROVAÇÃO DA GESTÃO DESCENTRALIZADORA

Brasília/DF, 13 de junho de 2024.

Alquimar Sousa Almeida  
Superintendente Estadual da Funasa no Tocantins – Substituto – Portaria 1431/2923  
Fundação Nacional de Saúde – FUNASA



Documento assinado eletronicamente por **Luis Eduardo Bovolato, Reitor**, em 13/06/2024, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALQUIMAR SOUSA ALMEIDA, Usuário Externo**, em 13/06/2024, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.uft.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.uft.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0300852** e o código CRC **5E4CE8DE**.

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 23101.001024/2023-48

SEI nº 0300852